

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações relativo ao semestre encerrado em 30 de junho de 2013, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

CENÁRIO ATUAL

A Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. ("Panamericano Leasing" ou "Companhia") é uma empresa controlada pelo Banco Pan (nova denominação social do Banco Panamericano S.A.), que detém 99,97% de seu capital total. A empresa é de capital aberto, mas não tem ações negociadas em Bolsas de Valores, e atua basicamente no segmento de financiamento de veículos novos e usados, através de operações de leasing financeiro.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A redução das receitas com operações de arrendamento mercantil, reportada no exercício de 2012,

se manteve ao longo do primeiro semestre de 2013, gerando uma receita de R\$167,9 milhões no período, comparada à receita de R\$241,0 milhões em mesmo período de 2012. A menor produção se deveu à queda na demanda do mercado de leasing como um todo, aliada ao maior rigor na concessão de créditos sob a nova administração, que fez com que a produção de novas operações diminuísse. As concessões de crédito através de arrendamento mercantil representaram no Panamericano 0,002% dos financiamentos de veículos de janeiro a junho de 2013. A queda no volume de operações e a redução nas Rendidas de Intermediação Financeira no período geraram efeitos que foram mais do que compensados pelas reduções das despesas de provisão para devedores duvidosos e das despesas de depreciação. Assim, o Resultado Bruto de Intermediação Financeira da Companhia foi positivo em R\$16,7 milhões no 1S13, comparado ao resultado negativo de R\$9,0 milhões no período do 1S12. O Resultado Operacional ficou negativo em R\$6,3 milhões no 1S13, comparado ao resultado negativo de R\$51,0 milhões no 1S12. A Panamericano Leasing apresentou, no 1S13, um Prejuízo de R\$2,3 milhões, comparável ao Prejuízo de R\$29,1 milhões no mesmo período de 2012.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras da Companhia passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Panamericano Leasing no trimestre não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 05 de agosto de 2013

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 30 DE JUNHO DE 2012

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2013	30/06/2012	PASSIVO	Nota explicativa	30/06/2013	30/06/2012
Circulante		16.172	44.032	Circulante		327.696	407.292
Disponibilidades		653	903	Depósitos		1.326	24.445
Operações de arrendamento mercantil		(19.508)	(29.272)	Depósitos interfinanceiros	10a	1.326	24.445
Arrendamentos a receber - setor privado	5	103.476	203.888	Outras obrigações	12a	326.370	382.847
Rendidas a apropriar de arrendamentos a receber	5	(97.702)	(190.726)	Fiscais e previdenciárias	12a	112.185	96.165
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)				Obrigações por recursos tomados com garantia	12b	-	5.355
Outros créditos	5c	(25.282)	(42.434)	Diversas	12c	214.185	281.327
Rendidas a receber		73	5	Exigível a Longo Prazo		410.711	807.703
Diversos	6	28.311	59.057	Depósitos		138.427	335.057
Outros valores e bens		6.643	13.339	Depósitos interfinanceiros	10a	138.427	335.057
Outros valores e bens	7a	6.518	8.197	Outras obrigações		272.284	472.646
(Provisão para desvalorização)	7a	(5.175)	(5.758)	Fiscais e previdenciárias	12a	113.028	147.636
Despesas antecipadas	7b	5.300	10.900	Obrigações por recursos tomados com garantia	12b	-	9.445
Realizável a Longo Prazo		227.267	186.769	Diversas	12c	159.256	315.565
Operações de arrendamento mercantil		(10.689)	(44.526)	Patrimônio Líquido		64.856	73.592
Arrendamentos a receber - setor privado	5	64.902	213.942	Capital de domiciliados no País	13	141.521	141.521
Rendidas a apropriar de arrendamentos a receber	5	(64.902)	(213.942)	Prejuízos acumulados		(76.665)	(67.929)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)							
Outros créditos	5c	(10.689)	(44.526)				
Diversos	6	234.659	219.956				
Outros valores e bens		3.297	11.339				
Despesas antecipadas	7b	3.297	11.339				
Permanente		559.824	1.057.786	Total do Passivo		803.263	1.288.587
Investimentos		4.154	3.379				
Participação em coligada	8	4.154	3.379				
Imobilizado de arrendamento	9	555.670	1.054.407				
Bens arrendados	9	628.236	1.143.268				
Superveniência de depreciação	9	455.238	754.251				
Depreciação acumulada	9	(527.804)	(843.112)				
Total do Ativo		803.263	1.288.587				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Prejuízo	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	141.521	(38.857)	102.664
Prejuízo	-	(29.072)	(29.072)
Saldos em 30 de Junho de 2012	141.521	(67.929)	73.592
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	141.521	(74.339)	67.182
Prejuízo	-	(2.326)	(2.326)
Saldos em 30 de Junho de 2013	141.521	(76.665)	64.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Prejuízo do Período	(2.326)	(29.072)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações	47.778	146.272
Constituição/Reversão de provisão para contingências	5.309	9.854
Resultado de participações em coligadas	(216)	(670)
Insuficiência de depreciação	83.825	32.466
Despesa com provisão de bens não de uso próprio	294	482
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	13.304	45.926
Provisão para riscos fiscais	2.272	3.656
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.700)	(19.835)
Lucro na venda de bens arrendados	(84.448)	(99.851)
Lucro na venda de bens não de uso próprio	(2.553)	(2.561)
Lucro Líquido ajustado	61.540	86.667
(Redução) em operações de arrendamento mercantil	(32.204)	(46.587)
Redução em outros créditos	9.832	109.300
Redução em outros valores e bens	5.352	11.718
(Redução) em depósitos	(98.547)	(246.599)
(Redução) em outras obrigações	(107.494)	(133.293)
Caixa Líquido usado nas Atividades Operacionais	(161.522)	(218.794)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento:		
Alienação de bens não de uso próprio	4.498	6.467
Alienação de imobilizado de arrendamento	163.479	217.405
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(6.344)	(1.709)
Aumento de bens não de uso próprio	(1.945)	(3.764)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	159.688	218.399
(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes e Caixa	(1.834)	(395)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Período	2.487	1.298
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	653	903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Receitas da Intermediação Financeira		167.905	240.952
Operações de arrendamento mercantil	5f	167.905	240.952
Despesas da Intermediação Financeira		(151.218)	(249.983)
Operações de captação no mercado	10b	(6.280)	(25.318)
Operações de arrendamento mercantil	5f	(131.634)	(178.739)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5d	(13.304)	(45.926)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		16.687	(9.031)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(22.972)	(41.955)
Receitas de prestação de serviços		64	12
Despesas de pessoal	14	(621)	(2.536)
Outras despesas administrativas	15	(10.125)	(20.977)
Despesas tributárias	16	(2.427)	(4.891)
Resultado de equivalência patrimonial	8	216	670
Outras receitas operacionais	17a	871	11.855
Outras despesas operacionais	17b	(10.950)	(26.088)
Resultado Operacional		(6.285)	(50.986)
Resultado não Operacional		2.259	2.079
Resultado antes dos Tributos e Participações		(4.026)	(48.907)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	23a	1.700	19.835
Provisão para imposto de renda		6.507	14.411
Provisão para contribuição social		-	(3)
Ativo fiscal diferido		(4.807)	5.427
PREJUÍZO		(2.326)	(29.072)
Prejuízo por Ação em Circulação - Em R\$		(211.45)	(2.642.91)
(Representado por 11.000 ações)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

	1º semestre 2013	1º semestre 2012
Receitas	157.795	208.840
Intermediação financeira	167.905	240.952
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.304)	(45.926)
Outras	3.194	13.814
Despesas de Intermediação Financeira	(90.136)	(57.785)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(21.049)	(46.933)
Serviços de terceiros	(2.093)	(5.267)
Comissões pagas a lojistas e promotores	(5.540)	(12.769)
Outros	(13.416)	(28.897)
Valor Adicionado Bruto	46.610	104.122
Depreciação e Amortizações	(47.778)	(146.272)
Depreciação	(47.778)	(146.272)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	(1.168)	(42.150)
Valor Adicionado Recebido em Transferência	216	670
Resultado de equivalência patrimonial	216	670
Valor Adicionado Total a Distribuir	(952)	(41.480)
Distribuição do Valor Adicionado	(952)	(41.480)
Pessoal	549	2.155
Remuneração direta	371	1.375
Benefícios	149	598
FGTS	29	182
Impostos, taxas e contribuições	799	(14.563)
Federais	(592)	(17.418)
Municipais	1.391	2.855
Aluguéis	26	-
Aluguéis	26	-
Remuneração de capitais próprios	(2.326)	(29.072)
Prejuízo do período	(2.326)	(29.072)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

* continuação

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia") tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, de veículos e outros bens. É uma empresa controlada pelo (Banco Pan) nova denominação do Banco Panamericano S.A., sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativo e operacional do Banco Pan. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil "BACEN", com a observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional "CMN" e da Comissão de Valores Mobiliários "CVM", quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "CPC" emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a Companhia, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicável, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/09;
- CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologadas pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e
- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

As demonstrações financeiras individuais, referentes ao semestre findo em 30/06/2013, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 05/08/2013.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, e que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Companhia.

b) Apuração do resultado:
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando correlacionarmos, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro - rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moeda estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Títulos e valores mobiliários:
Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias, conforme disposto:

- Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d) Operações de arrendamento mercantil:
A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I. Arrendamento a receber
Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II. Reservas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)
Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III. Imobilizado de arrendamento
É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, com amparo da Portaria nº 113/89 do Ministério da Fazenda. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV. Superveniência (Insuficiência) de depreciação
Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "III" citados anteriormente diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Resolução nº 125, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando a taxa de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (nota 5), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

V. Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa
A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os exercícios de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de arrendamento vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial da entidade.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

e) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:
A partir de 01/01/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria "Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

- Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do exercício de forma segregada; e
- Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria "Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

- Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e às receitas e às despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do exercício pelo prazo remanescente da operação; e
- Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do exercício, pelo prazo remanescente da operação.

f) Bens não de uso próprio:
São representados basicamente por bens reintegrados disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso arrendados.

g) Despesas antecipadas:
São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou perdas de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período de geração dos benefícios futuros. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários.

h) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:
São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

i) Investimento:
As participações em coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

j) Imobilizado:
Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transferem os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano.

k) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias e prejuízo fiscal, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Diversas". Adicionalmente, também são considerados, para atribuição de depreciação, é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal será realizado de acordo com a geração de lucro tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

l) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):
Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

m) Demonstração:
É demonstrado pelo valor da exigibilidade e considera, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata dia".

n) Passivos circulante e exigível a longo prazo:
As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando informado)

sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e

- Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

p) Lucro por ação:
O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

q) Uso de estimativas contábeis:
A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários (iii) ativos; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

r) Eventos subsequentes:
Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. Se dividem em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existam na data-base das demonstrações financeiras;

Não houve eventos subsequentes para as demonstrações financeiras encerradas em 30/06/2013.

4. SUPERVENIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA DE DEPRECIAÇÃO

No semestre findo em 30/06/2013, foi registrada insuficiência de depreciação no valor de R\$ 83.825 mil operacionais como despesas de operações de arrendamento (R\$ 32.466 em 30/06/2012).

5. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem.

Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

	30/06/2013	30/06/2012
Arrendamentos a receber - setor privado	168.378	417.830
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(162.604)	(404.668)
Bens arrendados financeiro	628.236	1.143.268
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados	(72.566)	(88.861)
- Depreciações acumuladas	(527.804)	(843.112)
- Superveniência de depreciação (Nota nº 3d)	455.238	754.251
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota nº 12c)	(345.269)	(570.549)
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	216.175	497.020

Apresentamos, a seguir, informações com base no valor presente das contraprestações:

a) Composição da carteira por rating e prazo de vencimento:

Rating	Vencidos		A vencer		Total	
	Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias
AA	-	-	-	-	-	-
A	-	10.761	7.367	7.299	21.160	35.968
B	697	763	566	552	1.511	2.689
C	1.176	1.147	530	551	1.620	2.801
D	1.403	727	379	363	1.088	1.944
E	1.142	400	241	245	714	1.307
F	1.258	347	200	211	604	1.072
G	1.419	351	193	201	584	1.027
H	9.096	1.336	790	777	2.288	3.985
Total em 30/06/2013	16.191	15.832	10.266	10.199	29.569	50.793
Total em 30/06/2012	32.772	28.704	17.643	17.144	49.987	96.281

8. PARTICIPAÇÃO EM COLIGADA

a) Coligada:

Empresa	Capital Social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social	Lucro líquido ajustado	Saldo do investimento	Ajuste decorrente de avaliação (2)
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. (1) (3)	12.388	19.771	3	21,01%	1.026	4.154	216
Total						4.154	216

(1) Dados relativos a 30/06/2013;
(2) Ajuste decorrente de avaliação, considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis; e
(3) Empresa que teve suas demonstrações semestrais findo em 30/06/2013 auditada pelo mesmo auditor independentes da Panamericano Arrendamento Mercantil S.A..

9. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Taxa Anual	Custo	Depreciação	Valor residual
Veículos e afins	20% a 57,10%	628.236	(527.804)	100.432
Superveniência de depreciação	-	455.238	(527.804)	455.238
Total em 30/06/2013		1.083.474	(527.804)	555.670
Total em 30/06/2012		1.897.519	(843.112)	1.054.407

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelas arrendatárias, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

10. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2013	30/06/2012
• Depósitos interfinanceiros (1)	134	34	1.158	138.427	139.753	359.502
Total em 30/06/2013	134	34	1.158	138.427	139.753	359.502
Total em 30/06/2012	312	15.794	8.939	335.057	336.103	359.502

(1) São representados por captações em depósitos interfinanceiros pós-fixados junto ao Banco Panamericano S.A., controlador da Companhia. As captações pós-fixadas, com vencimento até janeiro de 2016, estão atreladas à taxa do CDI mais juros, sendo a taxa máxima de 1,97% ao mês.

b) Despesas de depósitos e obrigações por recursos tomados com garantia:

	30/06/2013	30/06/2012
Despesas de depósito	6.280	25.318
Total	6.280	25.318

11. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Obrigações legais:
Referem-se à provisão para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e para o Programa de Integração Social - PIS, no montante de R\$ 50.807 (R\$ 46.160 em 30/06/2012) que vêm sendo questionados judicialmente, e encontra-se amparados por sentença favorável da primeira instância. A Companhia está questionando essas contribuições na forma da Lei nº 9.718/98, e, segundo seus assessores jurídicos, as chances de êxito são possíveis.

b) Provisão classificadas como perdas prováveis:
A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o encerramento da ação, representado por decisões judiciais sobre as quais não cabia mais recursos ou pela sua prescrição.

Processos trabalhistas
São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando a obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras - em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço. Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente de acordo com os critérios mencionados anteriormente. Os valores envolvidos são provisionados integralmente quando no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Processos cíveis
São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais. Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I - Provisões segregadas por natureza:

	30/06/2013	30/06/2012
Processos trabalhistas	1.836	1.391
Processos cíveis	6.532	4.993
Processos tributários	17.804	17.042
Subtotal (a)	26.172	23.426
Provisão para riscos fiscais (b)	50.807	46.160
Total	76.979	69.586

(a) Nota 12c; e
(b) Classificados na rubrica "Outras Obrigações - fiscais e previdenciárias" (Nota 12a).

II - Movimentação das provisões:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Fiscais	Total
Saldo em 31/12/2012	1.584	4.656	17.360	23.700	47.235
Constituições Líquidas de Reversões	372	4.493	444	5.	

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS (Em milhares de reais - R\$, exceto quando informado)

21. DEMONSTRATIVO DE ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

As instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo BACEN, os quais são definidos e autorizados pela Administração. As operações e seus respectivos instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira Trading: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira Banking: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consiste em sua maioria pelas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização (operações de crédito) e seus eventuais *hedges*.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*), conforme as determinações da Instrução CVM nº 475/08. Os resultados reproduzem os potenciais impactos das exposições financeiras das Carteiras (principalmente do fator taxa de juros), em situações normais e de estresse. Entretanto, não implicam necessariamente em realização de prejuízo financeiro ou contábil para a empresa. A administração pode alterar a sua estratégia, por meio de mecanismos de mercado, reposicionando os seus ativos e passivos e seus respectivos fatores de risco, o que minimiza o impacto de uma eventual mudança de cenário.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir do cenário base (dados de mercado de 30.06.2013), sendo considerados sempre os impactos negativos nas nossas posições para cada vértice/vencimento. Os efeitos desconsideram impactos fiscais.

Fatores de Risco	CENÁRIOS		
	(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Exposições sujeitas à variação de:			
Taxas de Juros (Pré)	(96)	(25.232)	(51.697)
Taxas de Juros Pré Fixadas	(96)	(25.232)	(51.697)
Total em 30/06/2013	(96)	(25.232)	(51.697)
Total em 30/06/2012	(65)	(12.903)	(25.131)

Cenário I: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a.

Cenário II: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a.

Cenário III: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (II) e (III) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Enfim, não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Companhia no sentido de reduzir eventuais riscos envolvidos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Luiz Acar Pedro
Eduardo Nogueira Domeque
Iuri Rapoport

DIRETORIA

Diretor Presidente - José Luiz Acar Pedro
Diretores
Willy Otto Jordan Neto
Leandro de Azambuja Micotti

CONTADOR

Sergio de Jesus
Contador - CRC 1SP198209/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia contribui mensalmente para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, entidade de previdência privada aberta, com um percentual sobre a folha de pagamento, com o objetivo de complementar os benefícios prestados pela previdência social em um plano de contribuição definida. Em 30/06/2013, a Companhia mantinha 13 participantes ativos, sendo o montante de sua contribuição de R\$ 6 (65 participantes e contribuição de R\$ 21 em 30/06/2012).

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	30/06/2013	30/06/2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(4.026)	(48.907)
Alíquota efetiva	40%	40%
Encargos/Créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	1.610	19.562

Efeitos no cálculo dos tributos

Participação em controladas	86	268
Outros valores	4	5
Imposto de renda e contribuição social	1.700	19.835

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2012	Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 30/06/2013	Saldo em 30/06/2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.736	5.321	(5.802)	18.255	28.401
Provisão para contingências cíveis	1.755	1.953	(1.203)	2.505	1.890
Provisão para contingências fiscais (PIS e COFINS)	18.726	936	(27)	19.635	17.777
Provisão para contingências trabalhistas	670	319	(258)	731	553
Provisão para contingências tributárias	6.944	180	(2)	7.122	6.817
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	2.245	70	(245)	2.070	2.303
Provisão para gratificação a funcionários	30	-	(30)	-	13
Outras provisões	-	-	-	-	14
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	49.106	8.779	(7.567)	50.318	57.768
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (I)	54.000	477	-	54.477	31.043
Prejuízo fiscal sobre receita de superveniência (II)	139.529	-	(6.496)	133.033	157.467
Total dos créditos tributários	242.635	9.256	(14.063)	237.828	246.278
Obrigações fiscais diferidas (Nota nº 12a)	(180.342)	-	20.956	(159.386)	(188.563)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	62.293	9.256	6.893	78.442	57.715

Os créditos decorrentes dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição são subdivididos em (I) Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Contribuição Social relacionados às demais atividades da companhia; e (II) Prejuízo Fiscal decorrente da exclusão da Receita de Superveniência de depreciação do Lucro Real.

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em junho/2013, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
2012	-	18.244	-	18.902	-	37.146
2013	7.541	20.192	439	13.394	7.980	33.586
2014	21.398	4.797	-	14.938	21.398	19.735
2015	8.408	4.658	4.262	21.097	12.670	25.755
2016	3.058	4.894	7.697	12.893	10.755	17.787
2017	8.202	101	5.225	21.603	13.427	21.704
2018	932	4.882	11.125	22.486	12.057	27.368
2019	754	-	11.901	26.294	12.655	26.294
2020	25	-	13.121	31.127	13.146	31.127
2021	-	-	707	5.776	707	5.776
Total	50.318	57.768	54.477	188.510	104.795	246.278

Em 30/06/2013, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando-se a taxa média de captação, totalizava R\$ 69.311 (R\$ 157.040 em 30/06/2012).

Em 30/06/2013 conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CVM/BACEN 3.059/2002, os créditos tributários originados de prejuízo fiscal ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, não estão sujeitos à geração de lucros baseada em estudo técnico.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) No semestre findo em 30/06/2013, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos;

b) Rendas a receber em 2013 referem-se a juros sobre o capital próprio a receber de coligada Panamericano Administradora de Consórcios Ltda.